

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

18/9/2005

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. É correto afirmar que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:
 - (A) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (B) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (C) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (D) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

2. Sobre os atos de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado pode-se afirmar:
 - (A) se, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) se, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) se, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) se, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de três quintos do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

3. Sobre os Tribunais e Juízes dos Estados é correto afirmar, com exceção:
 - (A) que o Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, sem, contudo, constituir Câmaras Regionais.
 - (B) que para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça poderá propor a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.
 - (C) que compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares.
 - (D) que sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

4. Sobre a súmula, instituto incorporado ao ordenamento constitucional brasileiro através da Emenda Constitucional nº 45/2004, pode-se afirmar, com exceção:
 - (A) que o STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula.
 - (B) que a súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
 - (C) que independentemente da publicação na imprensa oficial, a súmula terá efeito vinculante em relação a alguns Órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública Direta, a depender da natureza e do conteúdo da súmula e dos entes diretamente interessados.
 - (D) que sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

5. Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF pode-se afirmar, com exceção:
- (A) que a medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
 - (B) que as informações, perícias e audiências serão realizadas no prazo de trinta dias, contado da solicitação do relator.
 - (C) que não se admitirá intervenção de terceiros.
 - (D) que proposta a ação, não se admitirá desistência, salvo prévia anuência da parte contrária e mediante a concordância do Procurador Geral da República.
-
6. Sobre as limitações do poder de tributar do Distrito Federal e sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, pode-se afirmar, com exceção:
- (A) que é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
 - (B) que é vedado estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, salvo se a diferença for fundada na procedência ou no destino dos bens ou dos serviços.
 - (C) que é vedado estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Distrito Federal.
 - (D) que é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
-
7. Não extingue o crédito tributário:
- (A) a remissão.
 - (B) a conversão de depósito em renda.
 - (C) a decisão administrativa.
 - (D) a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
-
8. São causas de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, com exceção:
- (A) a concessão de medida liminar em mandado de segurança, se a impetração tiver por fundamento a inconstitucionalidade da cobrança de tributo.
 - (B) o depósito do seu montante integral.
 - (C) o parcelamento.
 - (D) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
-
9. Sobre a constituição do crédito tributário pode-se afirmar, exceto:
- (A) que a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória.
 - (B) que o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.
 - (C) que o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado no caso de recurso de ofício.
 - (D) que compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
-
10. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito é correto afirmar:
- (A) que têm poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciárias, podendo inclusive decretar a prisão de parlamentares quando convocados, bastando o Presidente da Comissão expedir a ordem, após a deliberação por dois terços de seus membros.
 - (B) que, ordinariamente, serão criadas em conjunto, dela participando os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - (C) que suas conclusões, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão encaminhadas ao Poder Judiciário para a obtenção de sentenças condenatórias nos juízos cível e criminal dos responsáveis, conforme previsto no relatório aprovado no âmbito da Comissão.
 - (D) que serão criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo.
-
11. Sobre os direitos políticos é correto afirmar, exceto:
- (A) que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
 - (B) que não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
 - (C) que o mandato eletivo poderá ser impugnado perante a Justiça Eleitoral, no prazo de 10 (dez) dias contados da diplomação.
 - (D) que a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça.
-

12. Sobre os partidos políticos pode-se afirmar, com exceção:
- (A) que adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
 - (B) que devem prestar contas à Justiça Eleitoral.
 - (C) que estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
 - (D) que lhes são assegurada a autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.
-
13. Sobre a exclusão do crédito tributário pode-se afirmar, com exceção:
- (A) que salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
 - (B) que a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.
 - (C) que a anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.
 - (D) a anistia não abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
-
14. Sobre o Tribunal de Contas da União é correto afirmar, com exceção:
- (A) que o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
 - (B) que as decisões tomadas, no âmbito do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou multa, embora tenham eficácia, não têm natureza de título executivo, não se sujeitando os responsáveis ao processo de execução.
 - (C) que lhe compete aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras, cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
 - (D) que lhe compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Sobre a Organização Administrativa do Distrito Federal é correto afirmar, exceto:
- (A) que as Regiões Administrativas são criadas com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida da população.
 - (B) que a criação de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada por dois terços dos votos dos Deputados Distritais, enquanto que para a extinção exigir-se-á aprovação por maioria absoluta.
 - (C) que a remuneração dos Administradores Regionais não poderá ser superior à fixada para os Secretários de Governo.
 - (D) que cada Região Administrativa terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei.
-
16. Sobre os serviços públicos do Distrito Federal pode-se afirmar, com exceção:
- (A) que os serviços da administração serão contratados mediante processo de licitação.
 - (B) que é vedada a contratação de obras e serviços públicos sem prévia aprovação do respectivo projeto.
 - (C) que os atos de improbidade administrativa importarão, dentre outros, perda da função pública e dos direitos políticos.
 - (D) que lei disporá sobre participação popular na fiscalização da prestação dos serviços públicos.
-
17. Sobre os servidores públicos do Distrito Federal pode-se afirmar, com exceção:
- (A) que é direito seu o recebimento de gratificação do titular quando em substituição, contudo previamente designado para responder pelo expediente e desde que a substituição ocorra por prazo igual ou superior a 15 (quinze) dias, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.
 - (B) que é direito seu a proteção especial à servidora gestante ou lactante, inclusive mediante a adequação ou mudança temporária de suas funções, quando for recomendável a sua saúde ou à do nascituro, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.
 - (C) que é direito seu o recebimento de vale-transporte, nos casos previstos em lei.
 - (D) que é direito seu ver computado como exercício efetivo, para efeito de progressão funcional, o tempo de serviço prestado por servidor requisitado a qualquer dos Poderes do Distrito Federal.

18. Sobre os servidores públicos militares do Distrito Federal pode-se afirmar, com exceção:
- (A) que o militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.
 - (B) que as patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são conferidas pelo Governador do Distrito Federal.
 - (C) que o militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partidos políticos.
 - (D) que o militar que aceitar função pública temporária, não eletiva, ainda que na administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e após 03 (três) anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a reserva.
-
19. Sobre a parceria público-privada é correto afirmar, exceto:
- (A) que a parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
 - (B) que é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
 - (C) que é concessão patrocinada de obras ou de serviços públicos aquela que autoriza o pagamento de tarifa cobrada do usuário.
 - (D) que é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação de serviços seja inferior a 5 (cinco) anos.
-
20. Na contratação de parceria-público privada serão observadas as seguintes diretrizes, exceto:
- (A) a transparência dos procedimentos e das decisões.
 - (B) a eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade.
 - (C) a repartição objetiva de riscos entre as partes.
 - (D) a governança empresarial, por parte dos entes privados.
-
21. Sobre a sociedade de propósito específico, conforme previsto na Lei de Parceria Público-Privada, é correto afirmar, exceto:
- (A) que a sociedade não poderá assumir a forma de companhia aberta.
 - (B) que fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante na sociedade.
 - (C) que a transferência do controle da sociedade estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato.
 - (D) que a constituição da sociedade deverá ocorrer antes da celebração do contrato.
-
22. Não constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados, exceto:
- (A) aumentar arbitrariamente os lucros.
 - (B) exercer de forma abusiva posição dominante.
 - (C) dominar mercado relevante de bens através de maior eficiência em relação aos competidores.
 - (D) limitar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
-
23. Não caracteriza infração da ordem econômica:
- (A) dividir os mercados de serviços ou produtos, acabados ou semi-acabados.
 - (B) influenciar a adoção de conduta comercial concertada entre concorrentes.
 - (C) reter bens de produção ou de consumo.
 - (D) vender justificadamente mercadoria abaixo do preço de custo.
-
24. São atribuições da Agência Nacional do Petróleo, dentre outras, exceto:
- (A) fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.
 - (B) consolidar mensalmente dados sobre as reservas de petróleo e gás natural, responsabilizando-se pela divulgação das informações às empresas exploradoras e aos demais órgãos do Poder Público.
 - (C) instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais.
 - (D) estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento.
-

25. Compete à Agência Nacional de Telecomunicações, dentre outras medidas, exceto:
- (A) controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados nos regimes público e privado, sem, contudo, homologar reajustes, salvo se autorizado pelo Ministro de Estado das Comunicações.
 - (B) expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público.
 - (C) celebrar e gerenciar contratos de concessão e fiscalizar a prestação dos serviços no regime público, aplicando sanções e realizando intervenções.
 - (D) compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviço de telecomunicações.
-
26. São tipos de contratos administrativos, exceto:
- (A) contrato de gestão.
 - (B) contrato de gerenciamento.
 - (C) contrato de trabalhos artísticos.
 - (D) contrato de agenciamento.
-
27. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal é correto afirmar, exceto:
- (A) que para os efeitos da lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias.
 - (B) que a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
 - (C) que as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante o prazo de 06 (seis) meses, ao final de cada exercício, nos respectivos Poder Legislativo e Tribunal de Contas e, ainda, nos demais órgãos técnicos responsáveis pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições legitimadas à impugnação das contas.
 - (D) que as contas do Poder Judiciário serão apresentadas: a). no âmbito da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; e b). no âmbito dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça.
-
28. São modalidades de serviços delegados aos particulares, exceto:
- (A) serviços conveniados.
 - (B) serviços concedidos.
 - (C) serviços permitidos.
 - (D) serviços autorizados.

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

29. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
- I -- Dívida de jogo contraída por brasileiro em cassino de país que tem os cassinos como atração turística obriga a pagamento no Brasil.
 - II – Na sucessão legítima aberta na vigência do Código Civil de 1916, se não realizada a partilha quando entrou em vigor o atual Código Civil, o cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes, se ao tempo da morte do outro cônjuge não estava dissolvida a sociedade conjugal.
 - III – A doação feita ao nascituro, aceita pelo seu representante legal, será sempre válida.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira;
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-
30. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
- I -- O negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz, sem a interferência do assistente, será sempre anulável.
 - II -- O bem público de uso comum do povo será sempre inalienável.
 - III – Sempre que ocorrer lesão à pessoa, ou destruição de coisa alheia, haverá ato ilícito.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira;
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.

31. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I -- O possuidor de má-fé, embora obrigado restituir os frutos colhidos e percebidos, tem direito às despesas da produção e custeio.

II -- A posse pode ser adquirida pelo detentor em nome daquele que representa.

III – Enquanto o Código de Defesa do Consumidor (L. 8.078/90), que a consagrou no ordenamento jurídico brasileiro, adota de forma ampla a chamada teoria da desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica, o atual Código Civil a restringe as hipóteses de desvio de finalidade e confusão patrimonial.

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira;

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

32. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – A cláusula de garantia, inserida pelo alienante em contrato de compra e venda de coisa móvel, equivale a suspensão convencional do prazo de decadência para obter redibição ou abatimento no preço.

II – A incapacidade absoluta superveniente de quem exercia atividade empresarial não interrompe a atividade da empresa que continuará por meio de representante.

III – O mandato outorgado por instrumento público, por maior de dezesseis e menor de dezoito anos a pessoa capaz, não pode ser substabelecido por instrumento particular.

IV – O contrato com cláusula resolutiva expressa, para ser rescindido por inadimplência, dispensa rescisão formal pelo Judiciário.

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira;

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

33. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I -- As benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário no imóvel sem autorização do locador serão indenizáveis e permitem o direito de retenção, salvo disposição contratual em contrário.

II – Segundo tem reconhecido o Superior Tribunal de Justiça, ao usufrutuário é garantido o direito de denúncia da locação de imóvel para uso de descendente, equiparando-se o usufrutuário, na hipótese, ao proprietário.

III – A locação de vaga autônoma de garagem regula-se pelo Código Civil e leis especiais, não se submetendo ao regime da Lei de Locação (Lei 8.245/91).

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira;

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

34. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

A respeito do registro público é correto afirmar:

I -- Dá autenticidade ao negócio causal ou ao fato jurídico de que se origina, alcançando o fim que lhe é dado por definição legal.

II -- Somente pode ser cancelado totalmente.

III -- Cria presunção absoluta de verdade.

(A) apenas uma das proposições é falsa.

(B) apenas uma das proposições é verdadeira;

(C) todas as proposições são verdadeiras.

(D) todas as proposições são falsas.

35. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
- I -- Na disciplina do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade do médico pela cirurgia que realiza é objetiva.
 - II -- Adquirida a propriedade por usucapião permanece a hipoteca que grava o imóvel, se não quitada a dívida que deu origem ao gravame.
 - III -- A sociedade pode ser constituída para realização de um ou mais negócios.
- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (B) apenas uma das proposições é falsa.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-
36. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
- I -- O filho que nasceu após a morte do pai pode postular indenização por dano moral decorrente do acidente que causou a morte do pai.
 - II -- No casamento putativo o cônjuge de boa-fé sucederá o falecido se a sentença anulatória do casamento for posterior a morte do cônjuge de cuja sucessão se trata.
 - III -- Ao cônjuge sobrevivente, se era separado de fato há mais de dois anos do cônjuge que faleceu, não é reconhecido, em qualquer hipótese, o direito sucessório.
- (A) todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) todas as proposições são falsas.
 - (C) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) apenas uma das proposições é falsa.
-
37. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
- I -- Na assunção de dívida, que não era disciplinada pelo Código Civil anterior, há transferência da obrigação, com liberação do devedor primitivo e extinção das garantias especiais que haja dado ao credor.
 - II -- Dívida representada por título de crédito, com a entrega do título ao devedor, será sempre considerada quitada.
 - III -- O título de crédito pode ser emitido eletronicamente a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, sem necessidade de uma cártula (papel).
- (A) todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) todas as proposições são falsas.
 - (C) apenas uma das proposições é falsa.
 - (D) apenas uma das proposições é verdadeira.
-
38. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
- I -- Ao proprietário do solo é assegurado o resultado da lavra de mina de carvão existente em sua propriedade.
 - II -- Com a morte, a posse e o domínio transmitem desde logo aos sucessores, mas a titularidade somente advém com a partilha e o registro.
 - III -- Qualquer que seja o título, com a tradição há transferência da propriedade.
- (A) todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) todas as proposições são falsas.
 - (C) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) apenas uma das proposições é falsa.
-
39. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
- I -- O contrato de alienação fiduciária em garantia, de veículo automotor, é válido entre as partes, mesmo se não arquivado, por cópia ou microfilme, no cartório de registro de títulos e documentos.
 - II -- No contrato de constituição da propriedade fiduciária, o Código Civil veda cláusula comissória, mas admite a dação em pagamento.
 - III -- O menor púbere, autorizado a casar, tem aptidão para constituir mandatário que o represente na cerimônia nupcial.
 - IV -- É nulo o casamento da viúva com o pai do seu primeiro marido.
- (A) todas as proposições são falsas.
 - (B) todas as proposições são verdadeiras.
 - (C) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) apenas uma das proposições é falsa.

40. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
Quanto ao bem de família é correto afirmar:
I -- O disciplinado no atual Código Civil é diverso do instituído pela L. 8.009/90.
II -- Se voluntário pode compreender todo o patrimônio líquido dos cônjuges ou entidade familiar.
III -- Terceiro poderá instituí-lo, por doação ou testamento, em favor dos cônjuges ou da entidade familiar.
IV -- Se legal compreende o imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar.
- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
(B) apenas uma das proposições é falsa.
(C) todas as proposições são falsas.
(D) todas as proposições são verdadeiras.
-
41. Analise as proposições e assinale a única correta.
I -- A confissão judicial, feita por quem é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados, qualquer que seja o ato, constitui prova plena.
II -- É objetiva a responsabilidade do morador do prédio, ou parte dele, pelos danos provenientes de coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
III -- A decisão que, no juízo criminal, julga extinta a punibilidade pela prescrição não impede seja proposta ação cível de reparação de danos.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
(B) apenas uma das proposições é verdadeira.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.
-
42. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.
(I) O Código Civil, em tema de aquisição da propriedade, atribui força translativa ao contrato.
(II) O direito de superfície surgiu, no ordenamento jurídico brasileiro, com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (L. 6.766/79) para ocupar o espaço da concessão de uso (DL 271/67), mas só se consagrou com o Estatuto da Cidade (L. 10.257/2001). Não obstante, com o advento do Código Civil 2002, que o inseriu entre os direitos reais, é disciplinado, na atualidade, apenas por esse Código.
(III) Nem todo contrato de adesão configura negócio jurídico que caracteriza relação de consumo, submetida às normas do Código de Defesa do Consumidor (L. 8.078/90).
- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
(B) apenas uma das proposições é falsa.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.

QUESTÕES DE DIREITO COMERCIAL

43. Assinale a alternativa correta.
Em relação à sociedade empresária, não constitui causa de sua dissolução:
(A) o decurso do prazo de duração;
(B) irrealizabilidade do objeto social;
(C) morte de um dos sócios;
(D) extinção da autorização de funcionamento.
-
44. Assinale a alternativa correta.
De acordo com a Lei nº 11.101/05, em relação à massa falida, na hipótese de contratos bilaterais, pode-se afirmar que:
(A) a locação ficará rescindida;
(B) os créditos em moeda estrangeira existentes perante o falido serão convertidos para a moeda nacional pelo câmbio do dia em que for declarada a falência;
(C) o compromisso de compra e venda de bens imóveis podem ser rescindidos pelo administrador judicial;
(D) os créditos em moeda estrangeira existentes perante o falido serão convertidos para a moeda nacional pelo câmbio do dia do pagamento.

45. Assinale a alternativa incorreta.

Nas sociedades anônimas, quanto aos órgãos societários, pode-se afirmar que:

- (A) são compostos obrigatoriamente pela assembleia geral, conselho de administração, diretoria e conselho fiscal;
 - (B) a diretoria é órgão executivo, composto, no mínimo, por duas pessoas, eleitas pelo conselho de administração, ou, caso não exista, pela assembleia geral;
 - (C) a existência do conselho fiscal é obrigatória, mas seu funcionamento facultativo.
 - (D) o membro do conselho de administração exerce cargo de confiança e não pode ser substituído, pela assembleia geral, a qualquer tempo.
-

46. Assinale a alternativa incorreta:

No que pertine aos contratos de colaboração empresarial, pode-se afirmar que:

- (A) a colaboração pode ser feita por intermediação ou aproximação;
 - (B) o colaborador assume a obrigação contratual de criar mercado para o produto do fornecedor, investindo em divulgação e formação de estoque;
 - (C) mercado cinza é a comercialização de produtos do distribuído na zona de exclusividade do distribuidor por concorrentes;
 - (D) no contrato de distribuição-intermediação, tem o distribuidor direito de ser indenizado pelas perdas decorrentes da exclusão do mercado que ajudou a formar, mesmo que não previsto no instrumento contrato, por força de lei reguladora.
-

47. Assinale a alternativa incorreta.

Com relação aos contratos de alienação em garantia, de acordo com o Decreto-Lei nº 911/69, com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/04, pode-se afirmar que:

- (A) vendido o bem alienado fiduciariamente, julgada improcedente a ação de busca e apreensão, o devedor fiduciante tem direito ao pagamento de multa, ficando excluída a responsabilidade por perdas e danos.
 - (B) cinco dias após executada a liminar, deferida nos autos da ação de busca e apreensão, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário;
 - (C) julgada improcedente a ação, o juiz condenará o credor fiduciante ao pagamento de multa equivalente a cinquenta por cento do valor financiado, atualizado, caso o bem tenha sido alienado;
 - (D) o bem será devolvido ao devedor fiduciante caso pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores indicados pelo credor.
-

48. Assinale a alternativa correta.

De acordo com a Lei nº 11.101/05, em relação à recuperação extrajudicial, pode-se afirmar que:

- (A) basta apenas o atendimento aos requisitos subjetivos, relacionado à pessoa do devedor;
 - (B) o credor que aderiu ao plano de recuperação extrajudicial pode dele desistir a qualquer tempo, mesmo após a distribuição do pedido de homologação;
 - (C) não pode estabelecer o afastamento da variação cambial nos créditos em moeda estrangeira sem anuência dos credores;
 - (D) pode abranger os créditos constituídos após a data do pedido de homologação.
-

49. Assinale a alternativa incorreta.

Com relação ao endosso, pode-se afirmar que:

- (A) o cheque pode ser endossado em branco ou em preto;
 - (B) o endossatário, no endosso impróprio, pode exercer todos os direitos decorrentes da letra de câmbio, inclusive transferir a titularidade do crédito;
 - (C) para o exercício do direito de regresso contra endossantes e respectivos avalistas é indispensável o protesto do título;
 - (D) as notas promissórias endossadas, desvinculam-se da relação jurídica que as originou, salvo comprovação de má-fé do portador ou conluio com o endossante.
-

50. Assinale a alternativa incorreta.

Quanto ao nome empresarial, pode-se afirmar que:

- (A) constitui bem de propriedade do titular da empresa;
 - (B) o empresário individual não pode adotar nome empresarial da modalidade firma;
 - (C) o nome empresarial atenderá aos princípios da veracidade e da novidade;
 - (D) o uso indevido do nome empresarial caracteriza crime de concorrência desleal.
-

51. Assinale a alternativa incorreta.
Com relação a duplicata extraída de fatura, referente a contrato de compra e venda, de acordo com a lei nº 5.474/68, pode-se afirmar que:
(A) poderá corresponder a mais de uma fatura;
(B) precisa conter, entre outros dados, a denominação duplicata e o número da fatura;
(C) pode ser protestada na praça de pagamento constante do título;
(D) pode ser protestada por falta de aceite ou devolução.
-
52. Assinale a alternativa incorreta.
Nos termos da Lei nº 11.101/05, na hipótese de recuperação judicial, pode-se afirmar que:
(A) não tem legitimidade para obter o benefício quem já o obteve há menos de 5 anos;
(B) se o sócio controlador tiver sido condenado por crime falimentar;
(C) pode ser requerida pelos herdeiros do devedor;
(D) que são legitimados para o pedido apenas as sociedades empresárias e não o empresário individual.
-
53. Assinale a alternativa incorreta.
No tocante às sociedades limitadas, pode-se afirmar que:
(A) são requisitos de sua validade, agente capaz, objeto lícito e forma legal;
(B) o menor, assistido ou representado na forma da lei civil, pode ser sócio da sociedade limitada, mesmo que o capital não esteja totalmente integralizado;
(C) pode ser dissolvida quando desaparece o *affectio societatis*;
(D) os sócios não respondem solidariamente pelos atos praticados pelos sócios gerentes, desde que já esteja integralizado o capital social.
-
54. Assinale a alternativa incorreta.
Nas sociedades anônimas, não caracteriza abuso do acionista controlador, pode-se afirmar que:
(A) deixar de apurar denúncia que entender procedente;
(B) orientar a companhia para fim identificado com o objeto social;
(C) orientar a companhia para fim lesivo ao interesse nacional;
(D) contratar com a própria empresa, diretamente ou mediante intermediário, em condições não equitativas.
-
55. Assinale a alternativa correta.
Com relação aos títulos de crédito, pode-se afirmar que:
(A) o aval pode ser parcial;
(B) a emissão de triplicata, nos casos de perda, extravio ou retenção de duplicata pelo comprador, é prática autorizada;
(C) não apresentado o cheque no prazo legal, o portador perde o direito de executar o emitente;
(D) o aval dado posteriormente ao vencimento não produz os mesmos feitos do anteriormente dado.
-
56. Assinale a alternativa incorreta.
Nos termos da Lei nº 11.101/05, pode-se afirmar que não estão sujeitos à falência:
(A) o artesão, que exerce suas atividades preponderantemente com serviço próprio, tendo direito apenas à recuperação judicial;
(B) as sociedades de economia mista;
(C) as câmaras ou prestadoras de serviços de compensação;
(D) as operadoras de planos privados de saúde, desde que comprovado, no curso da liquidação extrajudicial, que o seu ativo é suficiente para pagar metade dos créditos quirografários.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Assinale a alternativa correta, nas questões que seguem:

57. Numa ação proposta por Federação, pleiteando direitos dos associados dos sindicatos que congrega, deve o juiz:
(A) ordenar a citação.
(B) ordenar se instrua a inicial com autorização expressa dos sindicatos.
(C) ordenar se instrua a inicial com autorização expressa dos associados dos sindicatos.
(D) indeferir a inicial, por ser a autora parte manifestamente ilegítima para, em nome próprio, representar tais associados.

58. Em demanda ajuizada por entidade de classe, para cobrança de crédito de seus associados, é lícito ao substituto processual praticar todos os atos processuais permitidos às partes, sem expressa anuência do substituído, exceto:
- (A) reconvir.
 - (B) recorrer.
 - (C) praticar atos de disposição do direito material.
 - (D) requerer prova pericial.
-
59. Proposta ação condenatória por A contra B, postula C, como credor de B, o ingresso nos autos como assistente deste. Em tal hipótese o pedido de assistência deve ser:
- (A) admitido, porque o interesse do assistente em ver julgado o pedido improcedente é evidente.
 - (B) inadmitido, porque o assistente não tem interesse jurídico.
 - (C) admitido, porque o autor não pode opor-se à pretensão do assistente.
 - (D) admitido, porque o réu aceita a intervenção.
-
60. Em contestação apresentada em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, os réus requereram o depoimento pessoal dos membros deste. Na decisão saneadora do processo, é correto:
- (A) o indeferimento, por não ser admissível a confissão.
 - (B) o deferimento, porque a confissão é admissível.
 - (C) o deferimento, desde que haja anuência da parte contrária.
 - (D) o deferimento, em obséquio ao princípio constitucional da ampla defesa.
-
61. Determinada a realização de segunda perícia, por entender o juiz não lhe parecer suficientemente esclarecida a matéria, tem-se como correto:
- (A) desconsiderar a primeira, por haver sido substituída pela segunda.
 - (B) desconsiderar a segunda, porque a primeira revela-se melhor fundamentada.
 - (C) considerar o valor de ambas, em obséquio ao princípio da livre apreciação da prova.
 - (D) determinar aos assistentes técnicos que supram as deficiências de ambas as perícias.
-
62. Inquilino de imóvel propõe ação de consignação contra a imobiliária que o administra e tem poderes para dar quitação e receber citação. Feito o depósito e transcorrido o prazo da resposta, são os autos conclusos para sentença. Tem-se por absolutamente correta a decisão que:
- (A) extingue o processo sem exame do mérito, por ser a imobiliária parte ilegítima.
 - (B) julga improcedente o pedido, por não corresponder a oferta à dívida.
 - (C) julga procedente o pedido, com base na revelia.
 - (D) julga improcedente o pedido, por haver sido o depósito realizado a destempo.
-
63. Na ação de consignação em pagamento, o prazo para contestar é:
- (A) de 10 dias, contados da juntada do mandado de citação.
 - (B) de 15 dias, contados da juntada do mandado de citação.
 - (C) de 10 dias, contados da data designada para o depósito.
 - (D) de 15 dias, contados da data designada para o depósito.
-
64. Em ação de rito sumário entre particulares, deve o juiz designar audiência de conciliação a ser realizada no prazo de 30 dias (CPC, art. 277, caput). Qual a consequência, para o juiz, quando inobservar esse prazo?
- (A) nenhuma consequência.
 - (B) fica sujeito a pagar as custas processuais.
 - (C) fica sujeito, apenas, a sanções disciplinares.
 - (D) fica sujeito a pagar as custas, além de multa.
-
65. Apoiado em Portaria do Juiz, delegando a prática de atos processuais, o Diretor da Secretaria, afirmando que o fazia de ordem, determinou a realização de prova pericial. Esse ato:
- (A) é válido, porque autorizado pelo juiz.
 - (B) é válido, porque a prova é indispensável para o julgamento da causa.
 - (C) não tem valia, porque é privativo do juiz.
 - (D) é válido, desde que o juiz afirme que a ordem para a realização da prova deu-se para abreviar o curso do processo.
-

66. Tendo em conta a natureza jurídica da ação monitória, ao despachar a petição inicial devidamente instruída, deve o juiz:
- (A) fixar os honorários advocatícios, para a hipótese de o devedor optar pelo pagamento ou entrega da coisa.
 - (B) deferir a expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa.
 - (C) deferir a expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa, fixando os honorários advocatícios para a hipótese de pagamento ou de entrega da coisa.
 - (D) fixar os honorários advocatícios, apenas, quando o réu requerer o pagamento ou fizer a entrega da coisa.
-
67. Do despacho do juiz, que determina a remessa dos autos ao contador, traçando normas para a feitura de cálculo, cabe:
- (A) apelação.
 - (B) agravo de instrumento.
 - (C) agravo retido.
 - (D) não cabe recurso algum.
-
68. Julgado recurso no tribunal, a cuja sessão esteve presente o advogado, que produziu sustentação, no dia seguinte formulou este embargos de declaração. A decisão correta do relator deve ser:
- (A) receber o recurso.
 - (B) não receber o recurso.
 - (C) suspender o processamento, até que seja publicado o acórdão.
 - (D) antes de apreciá-lo, determinar à Secretaria da Turma que certifique sua tempestividade.
-
69. Julgando apelação cível, a Turma desacolheu, por maioria, preliminar de ilegitimidade passiva para a causa, argüida pelo apelante e, à unanimidade, manteve a sentença, que julgou improcedente a ação reintegratória de posse. Opostos embargos infringentes e após ouvido o embargado, deve o relator:
- (A) receber os embargos por inteiro.
 - (B) negar seguimento ao recurso.
 - (C) receber os embargos parcialmente.
 - (D) submeter o recebimento do recurso ao órgão competente para julgá-lo.
-
70. Conforme o entendimento predominante na jurisprudência do STJ, deve o autor da ação monitória aparelhada com cheque prescrito:
- (A) declinar na inicial o negócio jurídico correspondente.
 - (B) não há necessidade de declinar na inicial o negócio jurídico correspondente.
 - (C) somente está obrigado a declinar o negócio jurídico correspondente se, para tanto, for determinado pelo juiz.
 - (D) somente está obrigado a declinar o negócio jurídico correspondente se for reclamado pelo réu, mediante embargos.

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

Assinale a alternativa correta nas questões a seguir:

71. Augusto, pretendendo matar Caio, realiza disparos de arma de fogo em sua direção, ferindo-o e causando-lhe lesões corporais, mas, por erro na execução, também acerta Cícero, que estava próximo, matando-o. Está correta a denúncia que:
- (A) imputa a Augusto os crimes de lesão corporal e homicídio em concurso material;
 - (B) imputa a Augusto os crimes de lesão corporal e homicídio em concurso formal;
 - (C) imputa a Augusto os crimes de tentativa de homicídio e homicídio em concurso material;
 - (D) imputa a Augusto os crimes de tentativa de homicídio e homicídio em concurso formal.
-
72. A medida de internação pelo prazo máximo de três anos somente poderá ser aplicada ao adolescente quando:
- (A) tratar-se de ato infracional a que corresponda crime definido no Código Penal e legislação especial;
 - (B) tratar-se de ato infracional a que corresponda crime definido no Código Penal e legislação especial e não tenha a família do menor controle sobre ele;
 - (C) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
 - (D) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

73. Condenado o réu à pena de reclusão de 4 (quatro) anos, sendo-lhe favoráveis as circunstâncias judiciais, mas sendo reincidente, qual regime prisional se indica seja -lhe imposto na sentença?
- (A) semi-aberto;
 - (B) aberto;
 - (C) fechado;
 - (D) integralmente fechado.
-
74. Tício é flagrado, em via pública, portando uma arma de fogo de uso permitido, sem autorização de porte. A arma, apesar da origem lícita, não é registrada. Tício é indiciado por porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (artigo 14 da Lei nº 10.826/2003), cuja pena é de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além de multa. Está em curso o prazo, prorrogado, dos artigos 30 e 32 da Lei nº 10.826/2003, para o registro da arma de fogo ou sua entrega à autoridade policial. A conduta de Tício:
- (A) encontra tipicidade no artigo 14 da Lei nº 10.826/2003;
 - (B) encontra tipicidade, em tese, no artigo 14 da Lei nº 10.826/2003, devendo, contudo, aguardar-se o fim do prazo para o registro ou a entrega da arma à Polícia, para, só então, haver condição de procedibilidade;
 - (C) é penalmente atípica, porque ainda em curso o prazo legal para o registro ou a entrega da arma à Polícia;
 - (D) é penalmente atípica, por inexistência de lesão à ordem pública ou perigo concreto, já que a arma não estava sendo usada em ação ilícita nem houve qualquer disparo.
-
75. Nemésio, após processo regular, é condenado a uma pena total de 1 (um) ano e 1 (um) mês de detenção, sendo 10 (dez) meses pelo crime de desacato (artigo 331 do Código Penal) e 3 (três) meses pelo crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal), em concurso material. Os crimes se consumaram em 05/05/2003, data em que Nemésio contava com 20 (vinte) anos de idade. A sentença condenatória é publicada em 10/05/2005. Transita em julgado para o Ministério Público em 25/05/2005. Considerando que a denúncia foi recebida em 05/03/2004:
- (A) não ocorreu a prescrição pelas penas concretizadas na sentença, porque o prazo, no caso, é de 4 (quatro) anos, não decorridos da data da consumação dos crimes até a do recebimento da denúncia ou desta data até a da sentença condenatória;
 - (B) ocorreu a prescrição pelas penas concretizadas na sentença, porque o prazo, no caso, é de 1 (um) ano, decorrido da data do recebimento da denúncia até a da sentença condenatória;
 - (C) não ocorreu a prescrição pelas penas concretizadas na sentença, porque o prazo, no caso, é de 2 (dois) anos, não decorridos da data da consumação dos crimes até a do recebimento da denúncia ou desta data até a da sentença condenatória;
 - (D) ocorreu a prescrição pelas penas concretizadas na sentença, porque o prazo, no caso, é de 2 (dois) anos, decorrido da data da consumação dos crimes até a da sentença condenatória.
-
76. Caio, Tício e Cícero ajustam um roubo à mão armada a uma panificadora. Caio permanece no automóvel, na porta do estabelecimento comercial, para dar fuga a Tício e Cícero, que ingressam no mesmo, ambos com arma de fogo. O dono do estabelecimento, após entregar todo o dinheiro do caixa, tenta pegar sua arma de fogo que estava na gaveta, mas é atingido mortalmente por disparo efetuado por Tício. Os assaltantes fogem com o produto do roubo. Presos mais tarde e processados por incursão no crime de latrocínio (artigo 157, § 3º, parte final, do Código Penal), é de se acolher o argumento:
- (A) de que apenas Tício deve responder pelo crime de latrocínio, pois foi quem matou a vítima, enquanto Caio e Cícero devem responder pelo crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, com pena aumentada até a metade, por força do que dispõe o § 2º do artigo 29 do Código Penal, que cuida do concurso de pessoas (“se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave”);
 - (B) de que apenas Tício e Cícero devem responder pelo crime de latrocínio, porque foram os que ingressaram armados no estabelecimento comercial, participando, efetivamente, da morte da vítima, enquanto Caio deve responder pelo crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, com pena aumentada até a metade, por força do que dispõe o § 2º do artigo 29 do Código Penal;
 - (C) de que Caio, Tício e Cícero devem responder pelo crime de latrocínio, porque todos para ele concorreram, em co-autoria, com divisão de tarefas, sendo previsível que, em assalto à mão armada, possa haver reação de vítima e conseqüentes disparos contra esta, incidindo, em relação a Caio e Cícero, o disposto no artigo 19 do Código Penal, que trata da agravação pelo resultado (“pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente”);

(D) de que Caio, Tício e Cícero devem responder pelo crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, com pena aumentada até a metade, por força do que dispõe o § 2º do artigo 29 do Código Penal, já que pretendiam todos apenas o roubo e não o latrocínio, que decorreu da inesperada reação da vítima.

77. No crime de atentado violento ao pudor (artigo 214 do Código Penal), se o agente é casado:

- (A) a pena é aumentada de quarta parte;
 - (B) a pena é aumentada de metade;
 - (C) a pena é aumentada de um terço;
 - (D) não há aumento de pena.
-

78. Conforme jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, o crime continuado, definido no artigo 71 do Código Penal, exige para a sua caracterização:

- (A) apenas pluralidade de crimes da mesma espécie e unidade de desígnio;
 - (B) apenas pluralidade de crimes da mesma espécie e condições objetivas semelhantes;
 - (C) pluralidade de crimes da mesma espécie, condições objetivas semelhantes e unidade de desígnio;
 - (D) apenas pluralidade de crimes da mesma espécie e unidades de desígnio semelhantes.
-

79. Conforme jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção de menores, previsto na Lei nº 2.252/1954:

- (A) é material;
 - (B) é formal;
 - (C) é misto;
 - (D) é subsidiário.
-

80. Conforme posição jurisprudencial predominante, inclusive no STJ, condenado o réu pela prática do crime de tráfico de entorpecentes à pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos:

- (A) poderá fazer jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, se preenchidas as condições do artigo 44 do Código Penal;
 - (B) poderá fazer jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, se preenchidas as condições do artigo 44 do Código Penal e não for reincidente em crime doloso;
 - (C) não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito;
 - (D) não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, exceto se for primário e de bons antecedentes.
-

81. No concurso material:

- (A) aplica-se a pena mais grave ou, se idênticas, uma das penas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade;
 - (B) aplicam-se, cumulativamente, as penas privativas de liberdade;
 - (C) aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços;
 - (D) aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de metade a dois terços.
-

82. Conforme entendimento jurisprudencial majoritário, no concurso da circunstância atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência:

- (A) deve ser considerada apenas a confissão espontânea;
 - (B) deve ser considerada apenas a reincidência;
 - (C) deve preponderar a confissão espontânea;
 - (D) deve preponderar a reincidência.
-

83. Conforme jurisprudência predominante, a pena-base, fixada no mínimo, pode ser reduzida pela presença de circunstâncias atenuantes?

- (A) não;
 - (B) sim, desde que o crime não tenha sido cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
 - (C) sim;
 - (D) sim, desde que a pena-base não supere 4 (quatro) anos.
-

84. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena:
- (A) é aumentada de um quarto até metade, se o agente praticá-lo na calçada;
 - (B) é aumentada de um terço até metade, se o agente praticá-lo na calçada;
 - (C) é aumentada de um quarto até metade, se o agente estiver em excesso de velocidade;
 - (D) é aumentada de um terço até metade, se o agente estiver em excesso de velocidade.
-
85. Qual dos seguintes crimes não é considerado hediondo ou a este equiparado:
- (A) extorsão mediante seqüestro;
 - (B) falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais;
 - (C) associação permanente para o tráfico de entorpecentes;
 - (D) genocídio tentado.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

86. Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de **habeas corpus**, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal, exceto:
- (A) se provier de autoridade judiciária de igual ou superior jurisdição;
 - (B) se a ilegalidade ou abuso de poder houver sido praticada pelo juiz, na sentença, e a defesa nada argüiu nas razões de apelação;
 - (C) já estiver encerrada a instrução criminal;
 - (D) nas revisões de processos em que o réu não apelou da sentença condenatória.
-
87. A revisão criminal dos processo findos é admissível:
- (A) em qualquer tempo, desde que a pena ainda não tenha sido declarada extinta;
 - (B) a requerimento do próprio réu, por seu procurador com poderes especiais ou por parente consanguíneo até o terceiro grau inclusive;
 - (C) uma única vez, salvo se fundado o pedido em novas provas;
 - (D) para a aplicação de lei nova mais benigna.
-
88. Os embargos de declaração:
- (A) quando absolutória a sentença ou o acórdão, não podem ser opostos pelo réu por faltar-lhe interesse;
 - (B) suspendem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso;
 - (C) interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso;
 - (D) não suspendem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso.
-
89. O **habeas corpus** contra ato de turma recursal é processado e julgado originariamente:
- (A) pelo Supremo Tribunal Federal;
 - (B) pelo Superior Tribunal de Justiça;
 - (C) por turma ou câmara criminal dos tribunais;
 - (D) pelo órgão especial do tribunal a que estiverem vinculados os juízes que a compõem.
-
90. O juiz, ao proferir sentença:
- (A) não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia, por implicar violação ao princípio do contraditório;
 - (B) poderá dar nova definição jurídica ao fato, à vista de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida na queixa ou na denúncia, desde que não importe aplicação de pena mais grave;
 - (C) se reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida, explícita ou implicitamente na denúncia, remeterá ao Ministério Público cópias das peças a ela relativas, a fim de que ofereça nova denúncia;
 - (D) poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia ou da queixa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
-

91. Assinale a afirmação correta:
- (A) a intimação do defensor, do advogado do querelante e do assistente, far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca;
 - (B) a intimação do Ministério Público e do defensor, nomeado ou constituído pelo réu, será sempre pessoal;
 - (C) intimado o defensor, em primeiro lugar, o prazo para recorrer começa a fluir da data da juntada aos autos do mandado que intimou o réu da sentença.
 - (D) o querelante ou o assistente será intimado da sentença, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado. Se nenhum deles for encontrado, a intimação será feita mediante edital com o prazo de dez dias.
-
92. Assinale a afirmação correta:
- (A) Nos crimes instantâneos, de efeitos permanentes, entende-se o agente em flagrante enquanto não cessar a permanência;
 - (B) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples;
 - (C) Quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato em legítima defesa, poderá conceder-lhe liberdade provisória se incorrente qualquer das hipóteses que autorizem a prisão preventiva;
 - (D) O réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, ausentar-se por mais de oito dias de sua residência sem prévia permissão da autoridade processante.
-
93. Tratando-se de homicídio doloso contra civil, cometido no Distrito Federal por policial militar em situação de atividade e com arma da corporação, em co-autoria com civil, compete:
- (A) ao Conselho Especial do Tribunal de Justiça o julgamento de ambos se o civil gozar de foro especial por prerrogativa de função;
 - (B) ao tribunal do júri o julgamento de ambos;
 - (C) à Justiça Castrense o julgamento do militar e ao tribunal do júri o julgamento do civil;
 - (D) à Justiça Militar o julgamento de ambos.
-
94. Exercido validamente o direito de representação, o ofendido, pessoalmente ou por seu representante legal:
- (A) poderá retratar-se a qualquer tempo, antes de proferida a sentença;
 - (B) somente poderá retratar-se com a anuência do representado;
 - (C) não poderá retratar-se quando já houver decorrido o prazo decadencial.
 - (D) não poderá retratar-se depois de oferecida a denúncia;
-
95. Nos processos por crimes contra a honra, em que o ofendido for pessoa sujeita à jurisdição do Tribunal de Justiça, se oposta a exceção da verdade pelo querelado:
- (A) ao tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver, caberá julgá-la e, se procedente, devolver imediatamente os autos ao juízo de origem para que dê prosseguimento à ação penal;
 - (B) ao tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver, caberá julgá-la e, se improcedente, proceder também ao julgamento da ação penal privada;
 - (C) competirá ao tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver, proceder ao seu julgamento e, se improcedente, determinar a remessa dos autos ao juízo de origem para que dê prosseguimento à ação penal;
 - (D) poderá o juiz negar liminarmente seu processamento, quando o fato a que se propôs o querelado provar constituir crime.
-
96. No julgamento de “F”, pronunciado por homicídio qualificado pelo motivo fútil, sustenta a defesa a incidência do privilégio previsto no § 1º do art. 121 do Código Penal, das circunstâncias atenuantes da menoridade e da confissão espontânea, bem como a exclusão da qualificadora. O conselho de sentença responde afirmativamente, por unanimidade de votos, aos dois quesitos iniciais – autoria e letalidade das lesões produzidas na vítima – e, por cinco votos, que o crime foi cometido por motivo de relevante valor social. Diante do exposto, deve o juiz, no tocante ao quesito relativo à circunstância qualificadora:
- (A) considerá-lo prejudicado e passar aos demais, formulados de acordo com as teses da defesa;
 - (B) submetê-lo à votação, porque, uma vez admitida a qualificadora na pronúncia, sem impugnação da defesa, encontra-se articulada no libelo e foi impugnada em plenário;
 - (C) submetê-lo à votação, considerando sua perfeita compatibilidade com o homicídio privilegiado;
 - (D) submetê-lo à apreciação dos jurados e, no caso de resposta positiva, por maioria de votos, renovar a votação, esclarecendo-lhes a ocorrência de contradição nesse resultado.
-

97. Transitada em julgado a sentença que deferiu o pedido de reabilitação, depois de submetida a reexame necessário pelo tribunal:
- (A) investe-se o reabilitando na plenitude dos direitos restringidos pela condenação, incluída a perda do cargo ou de mandato eletivo determinada na sentença;
 - (B) é vedada a sua revogação;
 - (C) não constarão notícias ou referências à condenação do reabilitando em folha corrida, atestados ou certidões, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.
 - (D) fica assegurado ao reabilitando o sigilo dos registros da condenação ou condenações anteriores, que somente poderá ser quebrado por requisição do juiz criminal.
-
98. O inquérito policial:
- (A) é prescindível para o oferecimento de denúncia se o Ministério Público dispuser de elementos indispensáveis à propositura da ação penal;
 - (B) encontrando-se preso o indiciado, somente poderá ser devolvido à autoridade policial, a requerimento do Ministério Público, para a realização de novas diligências no prazo máximo de quinze dias, quando imprescindíveis ao oferecimento da denúncia;
 - (C) poderá ser arquivado diretamente pelo Ministério Público, se ficar convencido da atipicidade absoluta dos fatos nele apurados;
 - (D) deverá ser arquivado pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, ainda que dele discorde quanto à afirmação de inexistência de provas do crime e de indícios da autoria.
-
99. A pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação, em que se determina o julgamento do réu, pelo tribunal do júri, com base no dispositivo legal em que o juiz o considerar incurso. Não se acoberta sob o manto da coisa julgada. Assim sendo:
- (A) pode o juiz, de ofício ou mediante provocação das partes, embora operada a preclusão, alterá-la para excluir qualificadora acolhida sem motivação idônea ou absolver sumariamente o réu, quando apurada sua inimputabilidade absoluta em incidente instaurado posteriormente;
 - (B) deve o libelo ser o seu espelho; vedada, portanto, a formulação de quesitos relativos a circunstâncias agravantes, pelo juiz, se nele não foram articuladas;
 - (C) o assistente admitido somente antes de operada a sua preclusão não poderá aditar o libelo, uma vez que não contribuiu para a formação da culpa.
 - (D) somente poderá ser alterada pela verificação superveniente de circunstância que modifique a classificação do delito.
-
100. O protesto por novo júri, admissível quando a sentença condenatória for de reclusão por tempo igual ou superior a vinte anos (art. 607 do CPP):
- (A) não impede que o réu interponha recurso de apelação, quando, pela mesma sentença, tiver sido condenado por outro crime, em que não caiba o protesto;
 - (B) permite a soma das penas, no caso de concurso material, para efeito de sua interposição;
 - (C) é aplicável apenas aos crimes dolosos contra a vida, excluídos os a eles conexos;
 - (D) exceto se a pena tiver sido imposta em grau de apelação.
-